



CONGRESSO NACIONAL
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

*PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA
PARA 2010*
(Projeto de Lei nº 46/2009-CN)

ÁREA TEMÁTICA X
**TRABALHO, PREVIDÊNCIA
E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

RELATÓRIO APRESENTADO

Senador ALMEIDA LIMA (PMDB/SE)
Presidente da CMO

Deputado NELSON MEURER (PP/PR)
Relator Setorial

04/12/2009

RELATÓRIO SETORIAL
ÁREA TEMÁTICA X
TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ÍNDICE

I – RELATÓRIO	2
1. INTRODUÇÃO	2
2. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	3
2.1. Ministério da Previdência Social – Administração Direta	3
2.2. Instituto Nacional do Seguro Social.....	5
2.3. Fundo do Regime Geral de Previdência Social	6
3 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	7
3.1. Ministério do Trabalho e Emprego – Administração Direta.....	8
3.2. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO	9
3.3. Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	10
4. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	11
4.1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Administração Direta.....	12
4.2. Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	13
5. O SALÁRIO-MÍNIMO	14
6. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	15
7. EMENDAS.....	15
7.1. Emendas Apresentadas	15
7.2. Atendimento das Emendas	16
8. CRÉDITOS ADICIONAIS APROVADOS E EM APRECIÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL.....	17
9. INDICAÇÃO À RELATORIA GERAL.....	18
II – VOTO.....	19

RELATÓRIO Nº , DE 2009

Da RELATORIA **DA ÁREA TEMÁTICA X - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, sobre o Projeto de Lei nº 46, de 2009 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010, relativamente à programação dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

RELATOR: Deputado Nelson Meurer

I – RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da análise e da avaliação da programação orçamentária do Projeto de Lei nº 46, de 2009 – CN, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010”, referente à Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social. Essa área cuida das matérias relativas aos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Neste relatório, examinamos a execução orçamentária recente, conforme disposto no item 36.1.2 da Parte B – Especial do Parecer Preliminar da CMO. Também, fizemos constar os aspectos obrigatórios definidos pelos normativos vigentes (Resolução nº 1, de 2006 – CN e Parecer Preliminar), a exemplo dos créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2009, e formulamos algumas recomendações à Relatoria Geral, visando à continuidade do processo orçamentário para o exercício financeiro de 2010.

Salientamos, desde logo, que não foram identificadas obras com indícios de irregularidades na programação desta Área Temática, nas



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual deixamos de fazer menção a essa questão ao longo deste Relatório.

2. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

No orçamento fiscal e da seguridade social, fazem parte do Ministério da Previdência Social (MPS) as seguintes Unidades Orçamentárias (UO): Ministério da Previdência Social – Administração Direta (UO 33101), Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (UO 33201) e Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS (UO 33904).

As despesas totais do Ministério da Previdência Social constantes no PLOA 2010 alcançam a soma de R\$ 254,0 bilhões o que representa aumento de 5,8% em relação ao PLOA 2009. A unidade orçamentária Fundo do Regime Geral de Previdência Social responde por mais de 95% do total das dotações, constando desta unidade orçamentária, unicamente, as despesas com pagamento de benefícios previdenciários.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 2007 A 2010

Valores em R\$ milhões

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Executado 2007	Executado 2008	PLOA 2009	Autorizado 2009	PLOA 2010	Variação (%)		
						PLOA 2010/2007	PLOA 2010/2008	PLOA 2010/PLOA 2009
MPS	246,48	259,17	317,15	299,33	341,15	38,41	31,63	7,57
INSS	8.871,12	9.349,96	11.109,42	11.689,63	10.413,82	17,39	11,38	(6,26)
FRGPS	183.075,83	201.423,73	228.642,76	228.845,55	243.246,41	32,87	20,76	6,39
Total	192.193,43	211.032,86	240.069,33	240.834,51	254.001,38	32,16	20,36	5,80

Fonte: SIAFI e PL nº 46/2009-CN.

Obs.: Vale ressaltar que, para fins de comparação, as despesas liquidadas no exercício de 2007, no âmbito do Ministério da Previdência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social, relativas ao programa 0084 foram desconsideradas. Elas se relacionavam com despesas destinadas à arrecadação de receitas previdenciárias, as quais, com a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, deixaram de ser realizadas nos anos subsequentes pela referida unidade orçamentária. Também, ocorreu remanejamento da ação 4405 do Ministério da Previdência Social para a unidade orçamentária 33.201 – Instituto Nacional do Seguro Social.

2.1. Ministério da Previdência Social – Administração Direta

As despesas dessa unidade orçamentária estão fixadas em R\$ 341,15 milhões no projeto de lei orçamentária para 2010, o que representa



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acréscimo de 7,6% em comparação com o indicado no projeto para 2009. Cerca de 94,0% das despesas estão distribuídas em GND 1 (Pessoal e Encargos Sociais) e 3 (Outras Despesas Correntes).

33101 - Ministério da Previdência Social

GND	Liquidado 2007		Liquidado 2008		Autorizado 2009		PLOA 2010	
	R\$ milhões	AV	R\$ milhões	AV	R\$ milhões	AV	R\$ milhões	AV
1	145,28	38,9%	153,81	59,3%	163,62	54,7%	170,61	50,0%
2	2,17	0,6%	2,36	0,9%	4,06	1,4%	5,91	1,7%
3	217,28	58,2%	92,56	35,7%	120,19	40,2%	150,01	44,0%
4	4,94	1,3%	6,37	2,5%	6,45	2,2%	7,76	2,3%
6	3,41	0,9%	4,07	1,6%	5,01	1,7%	6,86	2,0%

Fonte: SIAFI.

Obs.: AV - Análise vertical.

Relativamente às despesas classificadas com GND 1, 72,7% foram fixadas para atender a pagamentos de aposentadorias e pensões e 3,5% para contribuição para custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. O restante está destinado para pagamento dos servidores ativos. Em razão de que grande parte dos recursos é destinada para pagamento de pessoal, as despesas são predominantemente primárias obrigatórias.

33101 - Ministério da Previdência Social (GND 1)

Programa	Liquidado 2007		Liquidado 2008		Autorizado 2009		PLOA 2010	
	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	102,58	70,6%	112,38	73,1%	119,92	73,3%	124,05	72,7%
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	42,70	29,4%	41,42	26,9%	43,70	26,7%	46,56	27,3%

Fonte: SIAFI.

Obs.: AV - Análise vertical.

Quanto às despesas classificadas com GND 3, a maior parte, 44,8%, é destinada ao programa 0750 – Apoio Administrativo. Esse programa inclui despesas de natureza administrativa, tais como serviços administrativos, manutenção e conservação de imóveis próprios, cedidos ou alugados, aquisição de passagens. Além disso, compreende ações referentes a pagamento de benefícios a servidores e empregados. Essas despesas são preponderantemente primárias discricionárias.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

33101 - Ministério da Previdência Social (GND 3)

Programa	Liquidado 2007		Liquidado 2008		Autorizado 2009		PLOA 2010	
	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV
0083 - PREVIDENCIA SOCIAL BASICA	12,30	13,0%	14,01	15,1%	14,50	12,1%	24,55	16,4%
0085 - QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS	21,09	22,3%	2,83	3,1%	4,32	3,6%	4,09	2,7%
0086 - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	1,58	1,7%	1,61	1,7%	6,73	5,6%	5,99	4,0%
0087 - GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL	17,37	18,3%	24,96	27,0%	32,57	27,1%	35,42	23,6%
0681 - GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	0,22	0,2%	0,40	0,4%	0,00	0,0%		0,0%
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	31,70	33,5%	41,51	44,8%	42,77	35,6%	67,27	44,8%
1009 - REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, ESTADOS, MUNICIPIOS E DISTRITO FEDERAL	10,47	11,1%	7,25	7,8%	19,30	16,1%	12,69	8,5%

Fonte: SIAFI.

Obs.: AV - Análise vertical.

2.2. Instituto Nacional do Seguro Social

As despesas dessa unidade orçamentária apresentaram redução em comparação com o indicado no projeto para 2009. Elas estão fixadas em R\$ 10,41 bilhões. Cerca de 98,9% das despesas estão concentradas em GND 1 (Pessoal e Encargos Sociais) e 3 (Outras Despesas Correntes).

33201 - Instituto Nacional do Seguro Social

GND	Liquidado 2007		Liquidado 2008		Autorizado 2009		PLOA 2010	
	R\$ milhões	AV	R\$ milhões	AV	R\$ milhões	AV	R\$ milhões	AV
1	7.322,00	82,6%	7.711,63	82,5%	9.190,90	78,6%	8.300,88	79,7%
3	1.480,84	16,7%	1.508,64	16,1%	1.696,54	14,5%	1.998,65	19,2%
4	64,92	0,7%	129,68	1,4%	770,57	6,6%	109,20	1,0%
5		0,0%		0,0%	24,57	0,2%	5,09	0,0%
9		0,0%		0,0%	7,05	0,1%		0,0%

Fonte: SIAFI.

Obs.: AV - Análise vertical.

Relativamente às despesas classificadas com GND 1, 48,9% foram fixadas para atender a pagamentos de aposentadorias e pensões, 6,5% para contribuição para custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e 30,9% está destinado para pagamento dos servidores ativos. O restante encontra-se consignado para atender outras despesas com pessoal e encargos. As despesas desse grupo são, basicamente, primárias obrigatórias.

33201 - Instituto Nacional do Seguro Social (GND 1)

Programa	Liquidado 2007		Liquidado 2008		Autorizado 2009		PLOA 2010	
	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	3.442,48	47,0%	3.798,76	49,3%	4.320,35	47,0%	4.060,69	48,9%
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	2.693,86	36,8%	2.702,01	35,0%	3.326,40	36,2%	3.104,12	37,4%
OUTROS	1.185,65	16,2%	1.210,86	15,7%	1.544,16	16,8%	1.136,06	13,7%

Fonte: SIAFI.

Obs.: AV - Análise vertical.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto às despesas classificadas com GND 3, a maior parte, 58,1%, é destinada ao programa 0083 – Previdência Social Básica. Esse programa inclui despesas com ações referentes a funcionamento das unidades descentralizadas da Previdência Social, serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários, remuneração dos serviços postais, recadastramento previdenciário, entre outras. As despesas desse grupo são, basicamente, primárias discricionárias.

33201 - Instituto Nacional do Seguro Social (GND 3)

Programa	Liquidado 2007		Liquidado 2008		Autorizado 2009		PLOA 2010	
	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV	R\$ Milhões	AV
0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	1.124,83	76,0%	1.026,37	68,0%	1.085,88	64,0%	1.161,24	58,1%
0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	31,43	2,1%	135,69	9,0%	239,70	14,1%	184,74	9,2%
0087 - GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	8,29	0,6%	28,10	1,9%	41,43	2,4%	31,10	1,6%
0088 - INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO		0,0%	8,13	0,5%	15,09	0,9%	233,36	11,7%
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	259,42	17,5%	235,78	15,6%	242,31	14,3%	284,47	14,2%
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	55,78	3,8%	72,88	4,8%	68,58	4,0%	101,23	5,1%
1079 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	0,40	0,0%	1,69	0,1%	3,56	0,2%	2,50	0,1%

Fonte: SIAFI.

Obs.: AV - Análise vertical.

Vale ressaltar a grande elevação da despesa observada no programa 0088 – Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União. Em comparação com o autorizado para o exercício corrente, verifica-se variação de 1.446,7%, representa um salto de R\$ 15,1 milhões para R\$ 233,4 milhões.

2.3. Fundo do Regime Geral de Previdência Social

Na Proposta Orçamentária, há previsão de receita de R\$ 204,7 bilhões. Os valores das despesas com benefícios previdenciários estão fixados em R\$ 243,2 bilhões, representando acréscimo de 6,4% em relação ao PLOA 2009. O exame das despesas por espécie de benefício revelam elevação uniforme das dotações equivalente a 6,3%, enquanto que em comparação com as sentenças judiciais observou-se aumento médio de 9,5%.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social, na proposta, é da ordem de R\$ 38,6 bilhões. Este déficit é R\$ 1,9 bilhão menor que o previsto no projeto da lei orçamentária para 2009.

FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Necessidade de Financiamento

R\$ Milhões

	Executado 2007	Executado 2008	Esperado 2009	Esperado 2010
Arrecadação Líquida	140.412	163.355	188.150	204.676
Pagamento de Benefícios Previdenciários	185.293	199.562	228.643	243.246
Resultado da Previdência	-44.882	-36.207	-40.493	-38.571

Fonte: Fluxo de Caixa da Previdência Social e PLOA 2009 e 2010.

Uma das razões para a redução da necessidade de financiamento do Fundo do Regime Geral da Previdência Social se deve à expectativa de continuidade de recuperação da economia ao longo de 2010.

Os valores para 2010 foram estimados tomando por base os seguintes indicadores: crescimento da massa salarial nominal de 10,49%; reajuste do salário-mínimo para R\$ 505,55; reajuste dos benefícios previdenciário superiores ao salário-mínimo em 3,47%; e crescimento vegetativo dos benefícios de 3,50%.

3 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

O Órgão orçamentário Ministério do Trabalho e Emprego – MTE abrange as Unidades Orçamentárias 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego, 38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho e 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. A tabela seguinte compara valores dos exercícios 2008 e 2009 com o PLOA 2010 de cada unidade orçamentária do órgão Ministério do Trabalho e Emprego:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Executado 2008	Autorizado 2009	PL2010	% PL2010 / Autoriz. 2009	% PL2010 / Executado 2008
38101 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	4.368.353.791	4.833.515.485	4.857.353.545	0,49	11,19
38201 - FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	61.502.326	74.887.189	70.491.309	-5,82	14,62
38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	30.930.309.064	39.876.779.512	41.496.537.656	4,06	34,16
TOTAL	35.360.165.181	44.785.182.186	46.424.382.510	3,66	31,29

Fonte: SIAFI/Prodasen e Proposta Orçamentária para 2010/Siga Brasil

Obs: 1) Dados atualizados em 30/11/2009.

2) O valor executado de 2008 corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados.

Em seguida, passa-se à análise individual da Proposta Orçamentária de cada uma das Unidades Orçamentárias.

3.1. Ministério do Trabalho e Emprego – Administração Direta

O Quadro seguinte mostra a evolução das dotações dos Programas mais representativos da Unidade Orçamentária em análise:

38101 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR PROGRAMA 2008 A 2010

Valores em R\$ 1,00

Programa	Executado 2008	Autorizado 2009	PL 2010	% PL2010 / Autoriz. 2009	% PL2010 / Execut.2008
0068 - ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL	1.144.669	3.672.000	1.599.000	-56,45	39,69
0102 - REDE DE PROTECAO AO TRABALHO	14.904.758	25.405.000	19.801.000	-22,06	32,85
0107 - ERRADICACAO DO TRABALHO ESCRAVO	4.482.555	5.863.500	5.560.000	-5,18	24,04
0909 - OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.284.584.962	2.253.068.976	2.253.316.980	0,01	-1,37
1133 - ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO	21.399.584	34.684.560	30.230.000	-12,84	41,26
1184 - SEGURANCA E SAUDE NO TRABALHO	2.731.009	4.208.000	3.500.000	-16,83	28,16
8007 - RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	350.000	8.500.000	8.118.000	-4,49	2.219,43
8034 - NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJOVEM	184.055.147	474.029.299	450.088.845	-5,05	144,54
OUTROS PROGRAMAS	1.754.701.107	2.024.084.150	2.085.039.720	3,01	18,83
TOTAL	4.368.353.791	4.833.515.485	4.857.353.545	0,49	11,19

Fonte: SIAFI / PRODASEN E Ploa 2010/Siga Brasil

Obs: 1) O valor executado de 2008 corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas; 2) Em "Outros Programas", destacam-se as alocações para a Previdência de Inativos e Pensionistas da União; Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda; Apoio Administrativo; e Democratização das Relações de Trabalho.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A variação global das dotações da Unidade Orçamentária para 2010, em relação ao autorizado para 2009, é de 0,49%, enquanto comparativamente à execução de 2008, o acréscimo foi da ordem de 11,2%. Ao se comparar a dotação consignada no PLOA 2010 aos principais programas com o valor constante do orçamento de 2009, observa-se redução em praticamente todas as rubricas.

3.2. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO

A FUNDACENTRO é uma entidade pública que tem por finalidade a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene e medicina do trabalho. Possui hoje unidades descentralizadas em 11 Estados e no Distrito Federal. A Proposta para 2010 prevê um decréscimo de aproximadamente 5,9% nas dotações da Fundação em relação ao autorizado para 2009, e um acréscimo de 14,62% em relação ao executado em 2008. No que concerne à distribuição por Grupo de Natureza de Despesa, observa-se a seguinte evolução:

FUNDACENTRO EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR GND 2008 A 2010

Valores em R\$ 1,00

GND	Executado 2008	Autorizado 2009	PL 2010	% PL 2010 / Autoriz 2009	% PL 2010 / Execut 2008
1-Pessoal e Encargos Sociais	42.333.322	54.562.369	50.452.874	-7,53	19,18
3-Outras Despesas Correntes	18.005.012	19.194.820	18.768.435	-2,22	4,24
4-Investimento	1.163.992	1.130.000	1.270.000	12,39	9,11
Total	61.502.326	74.887.189	70.491.309	-5,87	14,62

Fonte: SIAFI / PRODASEN E ploa 2010/Siga Brasil

Obs: O valor executado de 2008 corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

3.3. Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

A tabela a seguir sintetiza a evolução das principais ações orçamentárias do FAT afetas aos benefícios do seguro-desemprego e abono salarial:

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR
EVOLUÇÃO DOS GASTOS – SEGURO DESEMPREGO E ABONO SALARIAL 2008 A 2010

Valores em R\$ 1,00

Ação	Executado 2008	Autorizado 2009	PL 2010	% PL 2010 / Autoriz. 2009	% PL 2010 / Execut. 2008
0581 - PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL	5.975.342.257	7.653.542.040	8.456.522.302	10,49	41,52
0583 - PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO	14.152.621.734	18.045.376.850	19.318.637.629	7,05	36,50
0585 - PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL	540.372.148	836.312.265	928.063.355	10,97	71,75
0686 - PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDIÇÃO ANALOGA A DE ESCRAVO	6.153.605	5.500.950	6.104.658	10,97	-0,80

Fonte: SIAFI / PRODASEN E ploa 2010/Siga Brasil

Obs: O valor executado de 2008 corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;

Vale destacar a ação 0583 – Pagamento do Seguro-Desemprego, que teve sua dotação aumentada de R\$ 18 bilhões (autorizada para 2009) para R\$ 19,3 bilhões, prevista para 2010. Ou seja, em 2010, prevê-se gastar cerca de 7% a mais que estimado para 2009.

Com o benefício do abono salarial ocorre algo semelhante. A dotação para 2010, R\$ 8,45 bilhões, é superior em cerca de 10,5% em relação ao autorizado para 2009, e em 41,52% ao executado em 2008.

Digno de menção é o comportamento das dotações do Programa de Qualificação Social e Profissional, gastos de natureza discricionária – RP 2. Não obstante tenha havido um incremento importante nas dotações entre 2007 e 2009, passando de R\$ 86,2 milhões executados em 2007 para R\$ 311,6 milhões autorizados para 2009, o PL 2010 contempla apenas R\$ 162,2 milhões para o Programa, representando uma redução de quase 50% relativamente a 2009.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

4. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Em comparação com a Proposta Orçamentária para 2009, as dotações do MDS apresentaram incremento de cerca de R\$ 5,6 bilhões (acréscimo de 16,9%, em termos nominais). O crescimento pode ser explicado, especialmente, pelo aumento das programações associadas a:

- Transferência de renda vinculada ao Programa Bolsa-Família, no âmbito do MDS Adm. Direta, cuja previsão de dispêndio é R\$ 13,1 bilhões, superando em de R\$ 1,7 bilhão (14,7%) a dotação do PLOA 2009;

- Benefício de Prestação Continuada – BPC para idosos e pessoas com deficiência, no âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, cuja previsão de dispêndio é de R\$ 20,2, apresentando um crescimento de cerca de R\$ 3,6 bilhões (21,4%), em relação ao PLOA 2009;

- Pagamento de sentenças judiciais, no âmbito do FNAS, que até então não eram alocadas no referido Fundo, no valor de R\$ 283 milhões;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 2007 a 2010

Valores Nominais
R\$ em milhões

Unidade Orçamentária	Executado 2007	Executado 2008	PL 2009	Autorizado 2009 (14.11.2009)	PL 2010	Variação			
						PL 2010-PL 2009		PL 2010-Autorizado 2009	
						%	R\$	%	R\$
55.101-MDS (Adm. Direta)	9.962,63	11.919,48	13.130,91	13.172,26	14.893,29	13,4%	1.762,38	13,1%	1.721,04
55.901-FNAS	14.750,90	16.925,75	19.991,88	20.083,57	23.827,96	19,2%	3.836,08	18,6%	3.744,39
TOTAL	24.713,53	28.845,24	33.122,79	33.255,82	38.721,25	16,9%	5.598,46	16,4%	5.465,43

PL=Projeto de Lei

Fonte: SIAFI / PRODASEN E PLOA 2010/SigaBrasil

O valor executado corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;

Analisaremos a seguir as programações do Órgão detalhadas por unidades orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

4.1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Administração Direta

A semelhança dos anos anteriores, as despesas com o Programa Bolsa-Família representam a maior parte das despesas totais da unidade orçamentária (88%). Para 2010 estima-se atender 12,7 milhões de famílias

A dotação prevista para o pagamento da bolsa às famílias em 2010 é de R\$ 13,1 bilhões, superior em R\$ 1,7 bilhão à proposta orçamentária para 2009.

No que concerne às demais despesas da Unidade Orçamentária MDS Adm. Direta, observa-se a situação ilustrada no quadro seguinte:

UO - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
2007 a 2010
DEMAIS DESPESAS POR PROGRAMAS (EXCLUSIVE BOLSA-FAMÍLIA)

Valores Nominais

R\$ em milhões

Programa	Executado 2007	Executado 2008	PL 2009	Autorizado 2009 (14.11.2009)	PL 2010	Variação			
						PL 2010-PL 2009		PL 2010-Autorizado 2009	
						%	R\$	%	R\$
0750	89,83	98,80	122,51	119,78	132,82	8,4%	10,31	10,9%	13,04
1006	45,23	45,27	78,09	55,48	74,96	-4,0%	-3,13	35,1%	19,48
1049	619,22	683,61	880,14	953,97	940,14	6,8%	60,00	-1,4%	-13,83
1133	0,00	15,31	32,00	85,08	51,50	60,9%	19,50	-39,5%	-33,58
1335 (1)	452,27	540,45	571,03	512,74	571,03	0,0%	0,00	11,4%	58,29
8034	0,00	13,82	12,71	10,78	12,71	0,0%	0,00	17,8%	1,92
	0,53	0,13	0,15	0,15	0,13	-8,3%	-0,01	-8,3%	-0,01
TOTAL	1.207,07	1.397,40	1.696,63	1.737,98	1.783,29	5,1%	86,66	2,6%	45,32

(1) Inclui apenas despesas operacionais do programa

PL=Projeto de Lei

Fonte: SIAFI / PRODASEN E PLOA 2010/SigaBrasil

O valor executado corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;

As variações em relação ao PL 2009 ocorrem nos programas *Apoio Administrativo* (R\$ 10,31 milhões), *Economia Solidária em Desenvolvimento* (R\$



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

19,5 milhões) e Acesso à Alimentação (R\$ 60 milhões). Como se percebe, a variação mais significativa em relação ao PL 2009 ocorreu no programa Acesso à Alimentação e deve-se basicamente ao aumento dos gastos com Construção de Cisternas para Armazenamento de Água.

4.2. Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

Despesas Obrigatórias:

A proposta orçamentária para 2010 prevê um dispêndio de R\$ 22 bilhões para a Renda Mensal Vitalícia (RMV) e para o Benefício de Prestação Continuada (BPC.) Tais despesas equivalem a 92,6% dos gastos totais estimados para o FNAS.

55.901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESPESAS OBRIGATÓRIAS

DISCRIMINAÇÃO	PL 2009	AUT 2009	PL 2010	Valores em R\$ milhões			
				VARIAÇÃO			
				PL2009-PL2010		PL2010-AUT 2009	
%	R\$	%	R\$				
Renda Mensal Vitalícia	1.874,5	1.874,5	1.830,1	-2,4%	-44,45	-2,4%	-44,45
Benefício de Prestação Continuada	16.673,9	16.673,9	20.238,1	21,4%	3.564,14	21,4%	3.564,14
TOTAL	18.548,5	18.548,5	22.068,2	19,0%	3.519,69	19,0%	3.519,69

PL=Projeto de Lei ** AUT=Autorizado
Fonte: SIAFI / PRODASEN E PLOA 2010/SigaBrasil

A previsão de gastos com RMV em 2010 é de R\$ 1,83 bilhões, frente ao R\$ 1,87 bilhões constantes do PL para 2009. A tendência para a despesa é de declínio, tendo em vista que o benefício foi extinto em 1995, quando da implantação do benefício de prestação continuada – BPC e que os valores alocados no orçamento referem-se ao pagamento da RMV concedida até o referido ano.

O gasto total estimado com o BPC para 2010 é de R\$ 20,2 bilhões, frente aos de R\$ 16,7 bilhões estimados para 2009. A variação deve-se ao aumento do salário-mínimo e ao aumento no quantitativo de pessoas atendidas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Despesas Discricionárias

No geral ocorreu elevação de 21,9% em relação ao PL 2009, o que corresponde a R\$ 316,4 milhões. Tal aumento deve-se preponderantemente à alocação no âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social de despesas com o pagamento de sentenças judiciais, que estão estimadas em 283 milhões. Os demais acréscimos estão relacionados em sua maior parte ao aumento das despesas com os serviços de proteção social básica e especial (71 milhões).

Os decréscimos ocorridos em relação ao PL 2009 são observados no âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, no qual a dotação do PLOA 2010 é inferior à do PLOA 2009 em 40,8 milhões (11,8%). No que atine às metas físicas, o PLOA 2010 prevê o atendimento de 870 mil crianças e adolescentes nas ações sócio-educativas e de convivência, inferior à meta física da Proposta Orçamentária de 2009, que foi de 1 milhão.

5. O SALÁRIO-MÍNIMO

O salário-mínimo será reajustado para R\$ 505,55 (quinhentos e cinco reais e noventa centavos), correspondendo a aumento de 8,72%, sendo 3,47% equivalente à variação do INPC e 5,08% ao crescimento do PIB em 2008.

As despesas afetadas pelo aumento do salário-mínimo estão orçadas em R\$ 286,9 bilhões para o ano de 2010. A concessão de aumento acima do valor de R\$ 505,55 acarretará, para cada R\$ 1,00 (um real) a mais, acréscimo de R\$ 210,6 milhões nessas despesas, e para cada 1% a mais de aumento, acréscimo de R\$ 979,1 milhões. Em relação às receitas, o aumento de R\$ 1,00 (um real) provocará crescimento de R\$ 14,2 milhões na arrecadação das contribuições previdenciárias e o aumento de 1% elevará estas contribuições em R\$ 66,0 milhões.

Considerando-se tão-somente os efeitos do aumento do salário-mínimo sobre a necessidade de financiamento do RGPS, verifica-se que o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aumento de R\$ 1,00 (um real) provoca aumento de R\$ 110,7 milhões na necessidade de financiamento, enquanto que o aumento de 1% do salário-mínimo resulta em crescimento da necessidade de financiamento de cerca de R\$ 514,7 milhões.

6. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

Na Proposta Orçamentária para 2010, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV foi contemplada com R\$ 80,0 milhões, dos quais R\$ 48,0 milhões no Programa 0087 – *Gestão da Política de Previdência Social* e R\$ 32,0 milhões no Programa 0807 – *Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio*.

PROGRAMA	PLOA	Em R\$ milhões	
		PLOA	Variação
Gestão da Política de Previdência Social	39,0	48,0	23,08
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	21,0	32,0	53,38
TOTAL	60,0	80,0	33,33

Fonte: Siga Brasil

Cumprir ressaltar que não foram apresentadas emendas a essa Unidade Orçamentária. Tampouco foi necessária a realização de ajustes para adequação de sua programação.

7. EMENDAS

7.1. Emendas Apresentadas

Foram apresentadas 581 emendas ao setor, sendo 573 individuais, 2 de bancadas e 6 de comissão. Dentre as emendas de comissão, 2 são de remanejamento.

EMENDAS POR TIPO DE AUTOR

Emenda (Modalidade)	Emenda	R\$ Milhões
BANCADA ESTADUAL	2	60,0
COMISSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS	3	198,0
COMISSÃO SENADO FEDERAL	3	160,0
DEPUTADO FEDERAL	503	195,6
SENADOR	70	31,4
	581	644,9

Fonte: SIAFI.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vale ressaltar que 68,5% das emendas beneficiaram o Fundo Nacional de Assistência Social. No entanto, corresponderam a apenas 34,0% dos recursos solicitados.

EMENDAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA				
UO (Cod/Desc)	Emenda	AV	R\$ Milhões	AV
33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	9	1,5 %	23,75	3,7 %
38101 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	48	8,3 %	167,27	25,9 %
38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	64	11,0 %	175,57	27,2 %
55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	62	10,7 %	58,99	9,1 %
55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	398	68,5 %	219,35	34,0 %
Total	581	100,0 %	644,93	100,0 %

Fonte: SIAFI.

Obs.: AV - Análise Vertical.

Empreendemos grande esforço no sentido de entrar em contato com todos os autores de emendas que evidenciavam incorreções, para que, por intermédio de expediente formal dirigido à Presidência da CMO, fossem solicitadas alterações dessas emendas para elidir os vícios nelas contidos. Em outros casos, efetivamos adequações de ordem técnica, para viabilizar o correto atendimento e posterior execução das proposições dos parlamentares. Dentre os ajustes efetuados, destacam-se correção de subtítulos, GND, modalidade de aplicação, esfera e funcional. Ao final, todas as emendas foram admitidas.

7.2. Atendimento das Emendas

As emendas individuais foram atendidas integralmente, segundo os valores solicitados. Os recursos necessários derivaram da reserva de contingência e da reestimativa de receita, no montante de R\$ 226,9 milhões.

No que tange às emendas coletivas de apropriação, foi possível atender apenas 4,4% do montante solicitado com a reserva de recursos transferida pelo Relator-Geral. Isso quer dizer que, do total de R\$ 358,0 milhões solicitados, foram concedidos apenas R\$ 15,9 milhões, distribuídos de acordo com as ações contempladas nas emendas. Importa registrar que não foram efetuados cortes nas programações do setor por parte desta relatoria setorial para atendimento das emendas de apropriação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As emendas de remanejamento foram atendidas parcialmente, no valor de R\$ 1,5 milhão por emenda, na proporção global de 5,0% dos valores solicitados. Esse critério mantém o mesmo nível de atendimento das emendas de apropriação.

Não foram elaboradas emendas do relator setorial.

8. CRÉDITOS ADICIONAIS APROVADOS E EM APRECIÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

No último quadrimestre do exercício corrente, constatamos os seguintes projetos de crédito especial em tramitação no Congresso Nacional:

CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS – ÚLTIMOS QUATRO MESES DO EXERCÍCIO

ATO AUTORIZATIVO	ÓRGÃO	FINALIDADE	TIPO DE CRÉDITO	VALOR (R\$1,00)
PLN 29	Min. Trabalho e Emprego	Formulação, articulação e execução da política laboral de imigração e emigração no exterior	Especial	500.000
	Min. Desenv. Social e Combate à Fome	Promoção da inclusão produtiva	Especial	250.000
PLN 42	Min. Previdência Social	Instalação de unidades de funcionamento do INSS	Especial	20.000.000
	Min. Desenv. Social e Combate à Fome	Estruturação da rede de serviços de proteção social básica	Especial	300.000
PLN 60	Min. Previdência Social	Apoio administrativo	Especial	20.880
	Min. Trabalho e Emprego	Apoio administrativo e segurança e saúde no trabalho	Especial	14.576



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATO AUTORIZATIVO	ÓRGÃO	FINALIDADE	TIPO DE CRÉDITO	VALOR (R\$1,00)
	Min. Desenv. Social e Combate à Fome	Apoio administrativo	Especial	9.177
PLN 74	Min. Desenv. Social e Combate à Fome	Estruturação da rede de serviços de proteção social básica	Especial	1.520.000
		Estruturação da rede de serviços de proteção social especial	Especial	200.000

9. INDICAÇÃO À RELATORIA GERAL

Tendo em vista a escassez de recursos com os quais esta Relatoria trabalhou e não obstante todos os esforços por nós direcionados para garantir um atendimento satisfatório das emendas apresentadas na Área Temática, é forçoso reconhecer que as necessidades de aporte de recursos na área social são enormes. Algumas das demandas certamente deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento social do País.

Nesse sentido, solicitamos especial atenção da Relatoria Geral para carrear novos recursos às emendas coletivas apresentadas a esta Área Temática, na fase subsequente do processo orçamentário.

Vale registrar, também, que, por meio da Solicitação nº 48 (Identificador nº 1464955), o Deputado Paes de Lira propõe remanejamento de recursos entre emendas de sua autoria (emendas 26210009 e 26210020). De acordo com o pedido, são transferidos R\$ 100.000,00 do Setor II – Saúde para o Setor X – Trabalho, Previdência e Assistência Social. Tendo em vista que uma das emendas foi apresentada em área diversa desta relatoria setorial, solicitamos ao Relator Geral a realização de tal remanejamento.

II – VOTO

Em face do exposto, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 46, de 2009 – CN, relativamente à programação da Área Temática X - Trabalho, Previdência e Assistência Social, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas.

Sala da Comissão, em 04 de dezembro de 2009.

Deputado NELSON MEURER
Relator